ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SUPERINTENDÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, BIODIVERSIDADE E EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Referência: Processo nº 202400017007836

Interessado: MARIANGELA GOMES DOS SANTOS DA LUZ

Assunto: Parecer APA de Pouso Alto

PARECER SEMAD/SUC-13049 Nº 9/2024

SOLICITAÇÃO: 78466/2024

PROCESSO: 20241495

DATA CADASTRO: 22/04/2024

DATA CONCLUSÃO DO CADASTRO: 24/04/2024

STATUS DO PROCESSO: Em análise

TIPO DE LICENÇA: REGISTRO ELETRÔNICO - REG

REGIME: Regime de Licenciamento Ambiental Ordinário

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE A SER LICENCIADA: Complexos turísticos

MUNICÍPIO DO EMPREENDIMENTO: CAVALCANTE (GO)

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta considerações sobre a solicitação de Complexos turísticos e empreendimentos hoteleiros e outros complexos de uso coletivo em áreas urbanas ou rurais (restaurantes, pousadas, edificações, clubes de lazer, shopping centers, templos religiosos, edifícios, condomínios, supermercados, centros de convenção, presídios, hospitais, entre outros) em regiões tombadas pelo patrimônio histórico e suas adjacências, sítios históricos e arqueológicos e suas adjacências e sítios ou áreas de notório interesse ambiental, ecológico ou turístico e suas adjacências em razão da paisagem ou da preservação {observação: o termo "adjacências" se refere ao território de todo o município que detiver as características mencionadas, salvo exceções que, pelo distanciamento ou pelas características especiais, possam ser devidamente justificadas e aprovadas pelo órgão licenciador}, em área Urbana, feita pela empresa MARIANGELA GOMES DOS SANTOS DA LUZ (04.171.037/0001-33) - POUSADA MORRO ENCANTADO, no município de CAVALCANTE (GO), sob a responsabilidade de MARIANGELA GOMES DOS SANTOS DA LUZ.

As considerações apresentadas neste documento estão limitadas à área de competência da Gestão da APA de Pouso Alto/SUC/SEMAD.

2. DA APA POUSO ALTO

A APA Pouso Alto foi criada pelo Decreto Estadual nº 5.419, de 07 de maio de 2001, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros.

Em 23 de junho de 2016 foi publicada a Portaria nº 135/2016-GAB, a qual aprova o Plano de Manejo da APA Pouso Alto. Obs.: o Plano de Manejo pode ser consultado pelo link http://www.secima.go.gov.br/post/ver/212649/area-de-protecao-ambiental-de-pouso-alto---apa-pouso-alto.

De acordo com a Lei Estadual nº 14.247, de 29 de julho de 2002, o Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelecem o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

O Plano de Manejo da APA Pouso Alto estabeleceu 3 (três) grandes zonas, subdivididas em subzonas, bem como as normas para cada uma delas. Além disso é apresentado normas gerais para a unidade.

3. DA LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

De acordo com § 2º da Lei Estadual Nº 14.247, de 29 de julho de 2002, que Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás e dá outras providências (SEUC), o objetivo básico das unidades de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

No caso das APAS, o Art. 15 define o seguinte:

"As Áreas de Proteção Ambiental são áreas em geral extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e têm, como objetivos básicos, proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais."

O empreendimento localiza-se, de acordo com o zoneamento do Plano de Manejo, na Zona de Uso Agropecuário Intensivo – ZUAI, da APA Pouso Alto.

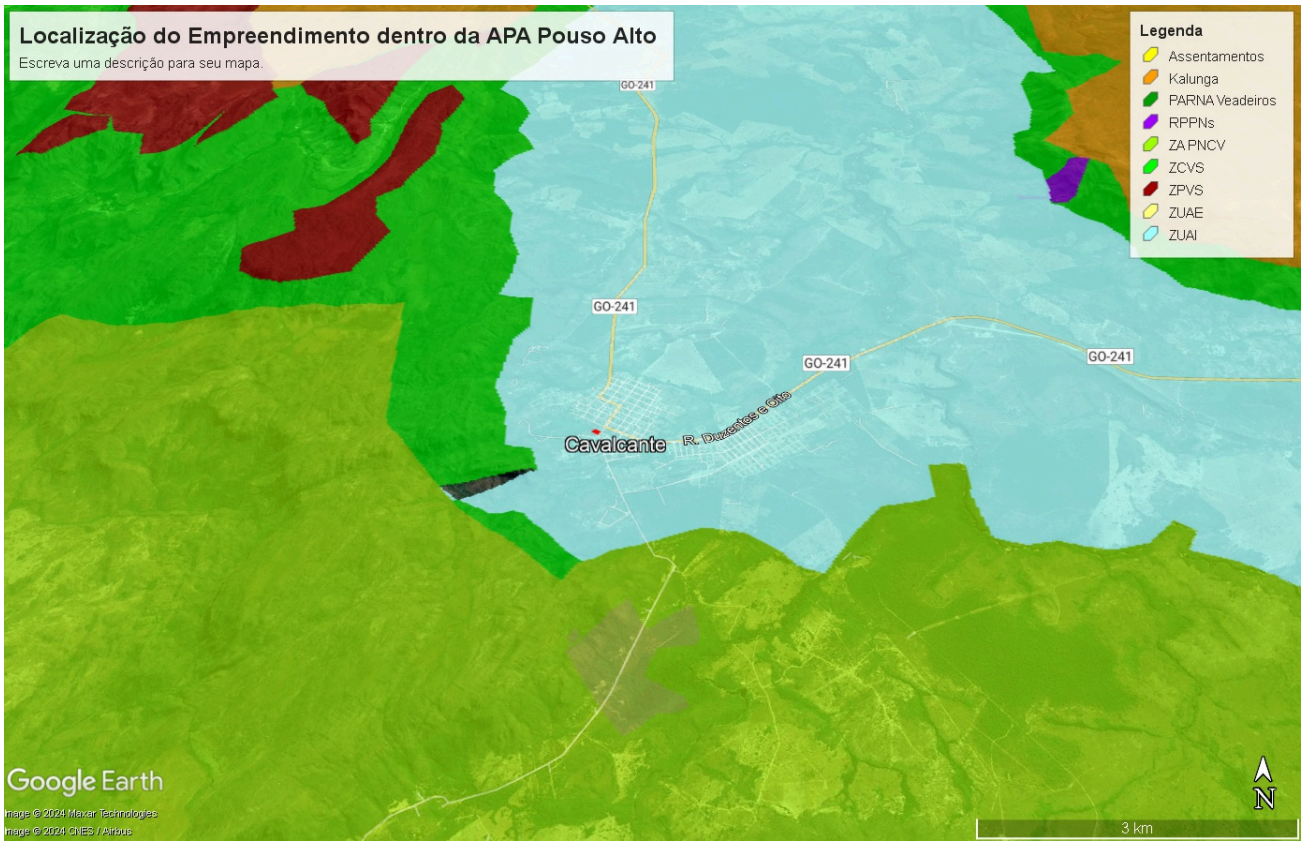


Figura 1: Localização do empreendimento.

Vimos que o objetivo básico das APAS é proteger a diversidade biológica, **disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.**

O ato de criação da Área de Proteção Ambiental Pouso Alto, define que ela foi criada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros, neste Estado.

O Art. 25 da Lei Estadual Nº 14.247, de 29 de julho de 2002 (SEUC), dispõe que nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização devem estar em acordo com os seus objetivos, plano de manejo e regulamentos.

O plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelecem o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

Atualmente, a unidade de conservação dispõe de um plano de manejo. Veremos a seguir sobre os regramentos específicos e gerais do zoneamento definido no documento técnico:

- Zona de de Uso Agropecuário Intensivo (ZUAI);

Regramento Específico:

01. Nessa zona são permitidos usos diretos e indiretos dos recursos naturais. Os usos diretos relacionados as atividades de agropecuária não precisam ser previamente aprovados pelo Conselho da APA, contudo, devem obedecer a legislação vigente, observar e proceder ações de boas práticas de manejo para fins de conservação dos solos, dos recursos hídricos e biota associada às áreas dessa zona;

02. Usos consolidados até a data de 22 de julho de 2008 (Decreto N° 6.514) em áreas dessa zona não serão submetidos ao presente instrumento normativo. Contudo, usos consolidados que tenham resultado em passivos ambientais podem ser analisados pelo Conselho da APA. Ressalta-se que, mesmo que uma dada atividade seja enquadrada como uso consolidado, o uso em questão deve ser adequado para mitigar e/ou eliminar os impactos ambientais negativos provenientes das atividades que envolve, assim como, potencializar os impactos positivos, focados principalmente na conservação e/ou preservação dos recursos naturais. Nessas zonas é permitido o uso de agrotóxicos desde que seja realizado atendendo aos critérios estabelecidos por Lei e, também, com recomendações e monitoramento de profissional competente. Ressalta-se que o uso de agrotóxicos e adubos químicos deve ser gradativamente substituída por alternativas agroecológicas de produção agropecuária mediante a disponibilidade de incentivos, de técnicas e tecnologias que garantam a viabilidade produtiva, econômica, social e ambiental;

03. Nessa zona os usos diretos de significativos impactos ambientais (EIA/RIMA) deverão ser analisados pelo Conselho da APA e pelos órgãos licenciadores competentes. Fica, então, o Conselho da APA responsável pela constituição e/ou nomeação de Grupos de Trabalhos técnicos constituídos por diferentes atores de instituições públicas, privadas ou de organizações da sociedade civil com reconhecida atuação nas áreas de pesquisa e extensão científica e acadêmica e/ou de ações culturais e de educação ambiental na região, que devem ser designados para emitir pareceres propositivos sobre os usos diretos pretendidos;

Regramento Geral

1. As sedes municipais, distritos e aglomerados urbanos consolidados presentes na APA de Pouso Alto serão regidos pelo plano diretor dos municípios. Caso não haja, será regido pela Lei Orgânica do município. A expansão urbana dos municípios deverá ser submetida ao órgão gestor de unidades de conservação ouvindo o Conselho Consultivo da APA;

4. A vegetação marginal do Rio do Couros, Rio das Pedras, Rio Tocantinzinho, Rio das Almas, Rio São Bartolomeu, Rio Macacão, Rio Preto e Rio Claro serão consideradas APPs com extensão de 100m a contar do leito permanente dos cursos d'água, exceto áreas com usos consolidados até a data de 22 de julho de 2008 (Decreto N° 6.514) que deverão obedecer a legislação em vigor;

7. Em processos licenciamento ambiental para quaisquer empreendimentos a serem implementados em áreas da APA de Pouso Alto, deverão ser considerados estudos específicos de espécies ameaçadas de extinção;

12. A supressão vegetal em áreas localizadas na APA de Pouso Alto deverá seguir os seguintes regulamentos:

12.3. Na ZUAI a supressão de vegetação em áreas superiores a 100ha e inferiores a 350ha deverá ser realizado o Inventário Florestal quantitativo e qualitativo, sendo que as áreas licenciadas são cumulativas por propriedade;

12.4. Na ZUAI a supressão de vegetação em áreas superiores a 350ha deverá ser realizado o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, sendo que as áreas licenciadas são cumulativas por propriedade;

12.5. A compensação florestal na ZUAI, quando identificada a ocorrência de espécies protegidas por lei, será na proporção de dezoito para um (18:1) a ser realizada na mesma zona. Sempre que possível os plantios das mudas deverão ocorrer em áreas de recuperação dentro da APA e/ou, preferencialmente, em áreas contíguas as da ZVS (ZPVS e ZCVS) ou APPs;

4. DO QUESTIONÁRIO DO PROCESSO IPE

VIABILIDADE LOCACIONAL - G1.1, G2.1, G2.2, G2.4, G2.5, G2.6, G2.7 - CORRETIVO

Pergunta	Resposta	Status da análise
1 - O EMPREENDIMENTO OU PARTE(S) DELE ESTÁ INSTALADO NO INTERIOR DE UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DE DOMÍNIO PÚBLICO ESTADUAL OU MUNICIPAL?	NÃO	Atende
3 - O EMPREENDIMENTO OU PARTE(S) DELE ESTÁ INSTALADO NO INTERIOR DA(S) ZONA(S) DE AMORTECIMENTO DE UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DE DOMÍNIO PÚBLICO DEFINIDA EM PLANO DE MANEJO OU, NA AUSÊNCIA DESTE, NO LIMITE DE ATÉ 2.000 METROS DA(S) UNIDADE(S) CONSERVAÇÃO?	NÃO	Atende
5 - O EMPREENDIMENTO OU PARTE(S) DELE ESTÁ INSTALADO EM ÁREA(S) DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL?	SIM	Atende
6 - SELECIONE EM QUAL(IS) ÁREA(S) DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL O EMPREENDIMENTO OU PARTE(S) DELE ESTÁ INSTALADO.	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL POUSO ALTO	Atende
7 - O EMPREENDIMENTO OU PARTE(S) DELE ESTÁ INSTALADO EM UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL DE DOMÍNIO PÚBLICO ESTADUAL OU MUNICIPAL?	NÃO	Atende
9 - O EMPREENDIMENTO OU PARTE(S) DELE ESTÁ INSTALADO NO INTERIOR DA(S) ZONA(S) DE AMORTECIMENTO DE UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL DE DOMÍNIO PÚBLICO DEFINIDA EM PLANO DE MANEJO E/OU LOCALIZADO NO LIMITE DE ATÉ 2.000 (DOIS MIL) METROS DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, CUJA ZONA DE AMORTECIMENTO NÃO TENHA SIDO ESTABELECIDA, ATÉ O LIMITE DE 5 (CINCO) ANOS DA DATA DE CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO?	NÃO	Atende
11 - O EMPREENDIMENTO OU PARTE(S) DELE ESTÁ INSTALADO NO INTERIOR DE RESERVA(S) PARTICULAR(ES) DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) ESTADUAL OU MUNICIPAL?	NÃO	Atende
13 - O EMPREENDIMENTO OU PARTE(S) DELE ESTÁ INSTALADO EM DISTÂNCIA MENOR OU IGUAL A 2.000 (DOIS MIL) METROS DE MONUMENTO(S) OU PAISAGEM(ENS) NATURAL(IS) NOTÁVEL(IS) (CACHOEIRA, CÂNION, PRAIA DE RIO OU PONTO TURÍSTICO NÃO DEFINIDO COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO), DEFINIDO(S) COMO DE ESPECIAL PROTEÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 23, INCISO III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL?	NÃO	Atende

Através da análise dos autos, percebe-se que se trata de empreendimento em operação e sem licença, de acordo com a resposta do questionário feito pela empresa.

REQUERIMENTO - CARACTERIZAÇÃO DA INSTALAÇÃO/OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Pergunta	Resposta	Status da análise
1 - CONSIDERANDO AS DATAS DE INÍCIO E CONCLUSÃO DA INSTALAÇÃO, BEM COMO A DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO, SELECIONE A OPÇÃO QUE O EMPREENDIMENTO MELHOR SE ENQUADRA:	O EMPREENDIMENTO INICIOU E CONCLUIU A INSTALAÇÃO, BEM COMO INICIOU A OPERAÇÃO ANTES DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.	Pendente
2 - FOI REQUERIDA A LICENÇA CORRETIVA OU TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL PARA O EMPREENDIMENTO ANTES DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021?	NÃO	Pendente

Consultando os documentos apresentados pelo empreendedor no Item Documentos Gerais do Sistema IPE (CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DA MATRÍCULA), observou-se que a propriedade foi adquirida pelo Sr. RONAN LOPES DA LUZ, inscrito no CPF/MF sob Nº 072.718.321-49 e portador da CI.Nº 2.672/D-CREA/DF, e MARIÂNGELA GOMES DOS SANTOS, inscrita no CPF.Nº301.598.141-20, em 03 de Setembro de 2002.

Na área onde está o empreendimento tem a autorização do Município para sua instalação (Certidão de Uso do Solo nº: 07/2024), **não houve supressão de vegetação**, e a localização está em Zona Urbana - de acordo com Plano Diretor do Município de Cavalcante, a área está em Zona de Uso Misto - ZUM.

As sedes municipais, distritos e aglomerados urbanos consolidados presentes na APA de Pouso Alto serão regidos pelo plano diretor dos municípios. Caso não haja, será regido pela Lei Orgânica do município. A expansão urbana dos municípios deverá ser submetida ao órgão gestor de unidades de conservação ouvindo o Conselho Consultivo da APA;

Portanto, considerando o descrito no Plano de Manejo da APA e que a área do parcelamento de solo se encontra em área urbana, deverá ser consultado e seguido o que for definido no Plano Diretor de Cavalcante.

A solicitação pretendida é para a regularização ambiental de complexo turístico em área urbana, já instalada em em funcionamento desde dezembro de 2019. Como na área onde está instalado o complexo, Zona Urbana de Cavalcante - GO, que tem Plano Diretor, e a empresa estando com a Certidão de Uso do Solo, ou seja, documento autorizativo do Município para a empresa, **ao nosso entendimento não há restrições para a atividade.**

Recomendo que a unidade administrativa responsável pelo licenciamento possa aplicar as devidas condicionantes, de modo a impactar minimamente a unidade de conservação.

5. CONCLUSÃO

Considerando a LEI N º 21.231, de 10 de janeiro de 2023, Art. 13, inc. IV;

Considerando o Decreto nº 5.419, de 07 de maio de 2001, que cria a APA de Pouso Alto.

Considerando a Portaria nº 135/2016 - SEMARH, que aprova o Plano de Manejo da APA de Pouso Alto.

Considerando o regramento disposto no plano de manejo da APA de Pouso Alto, para a Zona de Uso Agropecuário Intensivo – ZUAI;

Considerando os apontamentos do item 4, que versa sobre as condicionantes:

- Recomendo que a unidade administrativa responsável pelo licenciamento possa aplicar as condicionantes de controle de poluição próprias do setor a fim de impactar minimamente a unidade de conservação.

Diante do exposto, considerando a finalidade de criação das unidades de conservação afetadas, o Plano de Manejo, manifestamo-nos:
FAVORÁVEIS à concessão da Ciência/Anuência para o Licenciamento Ambiental requerido.

ENCAMINHA-SE, o processo para a Superintendência de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Emergências Ambientais, apresentando para tanto o Parecer Técnico GEMUC nº 20/2024, para ciência e providências necessárias.

Este é o Parecer.

GOIANIA, 16 de maio de 2024.

RENATO MENEZES ARANTES
[Cargo/função do usuário]

Documento assinado eletronicamente por **RENATO MENEZES ARANTES**, **Analista Ambiental**, em 21/05/2024, às 09:18, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1** informando o código verificador **60307024** e o código CRC **007CC176**.